

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de cumprimentar o sr. deputado Arnaldo Moraes, que estreia conosco, aqui, na Assembleia Legislativa, mais um serrano na luta pela região.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, ocupo a tribuna para falar de um tema que vem sendo alvo de sucessivas matérias na imprensa e faz parte da preocupação do cotidiano diário, principalmente na Grande Florianópolis, que é a questão da mobilidade urbana.

A bancada do PMDB protocolou um projeto de lei criando a semana da mobilidade urbana para ser comemorada, todos os anos, no dia 22 de setembro, portanto, neste ano, cai dia 18 de setembro a 22 de setembro. E esse projeto está na pauta para ser votado hoje. Então, aproveito a oportunidade para pedir o apoio de todos os srs. deputados, para que votem favorável a esse projeto.

Eu tive a oportunidade de participar de uma reunião na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, substituindo o deputado Carlos Chiodini, que é membro titular dessa comissão. E propus no âmbito da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo eminente deputado Reno Caramori, fazermos uma programação nesta semana de setembro, a respeito desse tema tão importante, até porque a lei nacional de mobilidade urbana recentemente criada prevê que os municípios catarinenses, num prazo de três anos, tenham seus planos de mobilidade urbana, e o mesmo termina no ano que vem. Por isso, temos essa preocupação, pois percebemos que muitos municípios sequer ainda estão se preocupando com esse tema, pois o prazo já está estabelecido.

Também, ontem, terminou o prazo que o governo do estado estabeleceu para que as empresas selecionadas na manifestação pública de interesse apresentassem projetos de solução para a implantação de transporte coletivo de massa, integrado com o transporte marítimo, aqui, na região da grande Florianópolis. E das três empresas que estavam previamente selecionadas duas entregaram projetos na data de ontem, o consórcio Floripa em Movimento e o liderado pela CCR.

Agora, o governo do estado passa por uma fase de análise desses projetos. E estamos mais do que na torcida, estamos convictos de que a grande Florianópolis terá, sim, um projeto efetivo de mobilidade urbana para ser implementado aqui na região. E o governo federal tem anunciado que existem R\$ 50 bilhões disponíveis para serem aplicados em mobilidade urbana em recente matéria jornalística da Rede Globo. E tivemos a

oportunidade de constatar que o dinheiro está disponível e o que falta são projetos. Santa Catarina desta vez vai ter, sim, um projeto efetivo de busca de solução da mobilidade urbana.

Assim, na data de hoje, às 15h, teremos a oportunidade de conhecer um dos projetos, já que o consórcio Floripa em Movimento vai utilizar o espaço da nossa sala de imprensa, aqui da Assembleia Legislativa, para mostrar o projeto entregue formalmente ao governo do estado. E será uma oportunidade para que os deputados e a sociedade catarinense conheçam esse importante projeto.

Da mesma forma, penso que a outra empresa liderada pela CCR, se desejar ter o mesmo espaço, poderá apresentar. E nós, como parlamentares, precisamos conhecer na íntegra esses dois projetos, para que possamos também fazer e desempenhar a nossa função e trabalho de acompanhar e fiscalizar aquilo que é de competência do Poder Executivo. E neste caso da PMI poderemos de alguma forma colaborar para divulgar e dar conhecimento à sociedade catarinense de projetos a serem implementados nessa área. E a partir disso possamos nos articular com as nossas bancadas, fazermos com que o governo federal destine os recursos reservados para a mobilidade urbana e que este projeto da Grande Florianópolis seja contemplado pelo governo federal com esta liberação de recursos. E aí vamos poder um início de implantação de soluções na área de mobilidade urbana, que é um assunto complexo.

Não vamos conseguir resolver a mobilidade urbana apenas com a implantação de um novo sistema de transporte coletivo, integrado, de massa, que seja confiável e que faça com que o usuário de veículo particular possa aderir ao sistema público de transporte.

Esta é apenas uma das iniciativas. E temos outras que também precisam ser trabalhadas e que há muito vêm sendo discutidas, como a implantação do anel viário de contorno na Grande Florianópolis, uma novela que vem se estendendo há vários anos. E existe muita pressão, muita

articulação de parte dos prefeitos, dos srs. deputados estaduais, da nossa bancada de deputados federais e senadores, do próprio governador Raimundo Colombo junto ao governo federal e à ANTT tem-se desdobrado para que efetivamente a Autopista Litoral Sul que ganhou a concessão da BR-101, no trecho que passa pela Grande Florianópolis, implante, efetivamente, esse anel viário, que é mais uma etapa de solução para a mobilidade urbana.

As ciclovias e ciclofaixas estão sendo implementadas no estado de Santa Catarina. E as pessoas que desejarem fazer uso deste meio de transporte possam fazê-lo de forma segura. Então, é esse conjunto de ações que vai minimizar o grave problema da imobilidade urbana que vivemos na Grande Florianópolis.

Ontem, tivemos a oportunidade de ter uma conversa com o prefeito da Capital, o ex-deputado Cesar Souza Júnior, falou que a prefeitura de Florianópolis que implementará, fruto de recursos liberados pelo governo federal, um teleférico que vai ligar o centro da cidade à Universidade Federal de Santa Catarina de forma integrada.

Precisamos fazer o nosso papel com os prefeitos da região da Grande Florianópolis, acompanhando junto com as câmaras de vereadores e discutindo com a sociedade organizada, com a sociedade da Grande Florianópolis, para encontrarmos as melhores soluções para a mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, povo catarinense.

(Passa a ler.)

"O assunto que abordo hoje está relacionado ao nosso cotidiano, à realidade das famílias catarinenses, e poderia ser motivo de manifestação de alegria, com o foco para o bem-estar das

pessoas, da valorização da saúde e do sentimento de preservação do meio ambiente, mas infelizmente não é essa a abordagem que vou fazer para falar do uso da bicicleta em nosso meio urbano.

Todos nós sabemos que Santa Catarina é um estado com grande tradição ciclística. Temos uma história de muitos atletas de ponta no cenário nacional e até internacional com o nosso ciclismo de competição, e temos cidades com a tradição urbana do ciclismo, como é o caso de Itajaí, beneficiada por sua geografia plana à beira-mar, ou de Joinville, que imortalizou sua tradição com os deslocamentos de trabalhadores nas trocas de turnos de suas maiores fábricas, onde foram criadas grandes áreas para o estacionamento de bicicletas, e onde foi criado o Museu da Bicicleta, que é um marco da história da nossa maior cidade, reconhecido por sua importância em todo o país.

Essa tradição do uso diário da bicicleta como meio de transporte é especialmente de pessoas com menos recursos, que procuram evitar gastos com o transporte coletivo ou em transporte público. Tem para seus deslocamentos jovens que preferem a popular magrela para ir à escola, à faculdade ou mesmo de idosos que buscam um meio de se exercitar em seus deslocamentos.

Esse meio de transporte é comum em cidades de toda Santa Catarina. Poderia citar Laguna, Criciúma, Lages, Jaraguá do Sul e tantas outras, ou Canoinhas, a minha cidade, onde temos até um vereador que usa diariamente a bicicleta em seus deslocamentos, o popular Genérico, que caracterizou a sua magrela como sendo o seu gabinete móvel.

Algumas cidades são mais favorecidas para a utilização da bicicleta por terem topografia menos acidentada que outras. De qualquer modo, não há quem não goste de bicicleta ou quem não tenha uma boa história como ciclista para lembrar. E quem já pedalou sobre duas rodas sabe bem o que é a emoção de ter passado pela experiência única de se equilibrar pela primeira vez e ganhar a sensação de liberdade para andar com uma bicicleta. Quem já

ensinou uma criança a andar de bicicleta sabe a emoção de vê-la pedalar sozinha pela primeira vez.

Senhoras e senhores, colegas parlamentares, nós não podemos mais assistir inertes a noticiários que dão conta de ciclistas morrendo em nossas cidades que não os protegem da violência do trânsito.

Enquanto em países desenvolvidos a bicicleta se tornou um veículo usual para o transporte urbano de curta distância, que está cada vez mais integrado a outros modais de transportes, inclusive com a utilização de sistemas de locação de bikes públicas, com a popularização de ciclofaixas e de campanhas educativas permanentes para o respeito ao ciclista, aqui em Santa Catarina temos assistido ao aumento de acidentes de trânsito, com vítimas fatais, por total falta de proteção aos usuários de bicicletas.

Eu conversava com um casal cujo filho, estudante da nossa Universidade Federal, resolveu utilizar a bicicleta como meio de transporte para ir às aulas. E o que poderia ser um hábito saudável para ser incentivado passou a ser um tormento para aqueles pais, pois o rapaz vinha e voltava desde o sul da ilha, aqui em Florianópolis, passando por vários trechos em que precisava transitar junto a outros veículos, inclusive ônibus e caminhões, numa exposição exagerada aos riscos do nosso trânsito, que muitas vezes é selvagem.

Essa realidade ceifou a vida de uma estudante da UFSC no início do mês passado, numa rótula de acesso do *campus* da Trindade, quando foi atropelada com a sua bicicleta por um ônibus.

Outro dia foi um rapaz que perdeu a vida na Avenida Madre Benvenuta. E no último domingo mais um jovem morreu atropelado na SC-401, no trevo do de Ratoes, norte da Ilha, às 15h30 de uma tarde ensolarada.

O mais grave é que acidentes envolvendo ciclistas não é exclusividade da nossa capital. Eles também ocorrem em outras cidades, às vezes não com tanta gravidade, o que poderia nos levar a dizer: felizmente! Mas não, o que precisamos é

perceber o quanto cruel é o nosso trânsito para com os ciclistas nesses dias em que tanto falamos de mobilidade urbana sem que de fato sejam adotadas medidas efetivas para garantir a melhoria do trânsito e a segurança de todos os seus usuários.

Hoje mesmo uma especialista em mobilidade urbana deu uma entrevista dizendo que as ciclovias não podem ser interrompidas, que elas precisam ser conectadas para que o ciclista possa se deslocar em segurança por toda a cidade.

Eu quero lembrar que sou autor de alguns projetos voltados para o trânsito e a questão do respeito ao ciclista.

Aqui nesta Casa tramitou o projeto que apresentei, e hoje é a Lei n. 15.947, de sete de janeiro de 2013, que institui a Semana de Segurança do Ciclista em SC, que fixa a segunda semana de agosto como período para realização de eventos e o desenvolvimento de campanhas educativas visando destacar direitos dos ciclistas, o uso responsável da bicicleta, com equipamentos de segurança, contra o uso do álcool e pela gradativa redução de acidentes envolvendo ciclistas.

Também tramitou o projeto que se tornou a Lei n. 15.989, de 24 de abril de 2013, que institui o Dia do Passeio Ciclístico em SC, 12 de Outubro como data do calendário oficial de Santa Catarina, com a finalidade de conscientizar a população sobre a importância do ciclismo para a saúde e o meio ambiente, bem como incentivar a solidariedade.

Está em fase final de tramitação o Projeto de Lei n. 257 de 2012, que institui a campanha estadual *Todos Somos Pedestres* e propõe a realização anual, em dezembro, de campanha para esclarecimento e conscientização sobre a necessidade de respeitar o pedestre e a sua movimentação junto à faixa de travessia, com a utilização de mídias, o envolvimento de veículos de comunicação e a interação de agentes de trânsito, Polícia Militar e população em geral.

Outro projeto, o de n. 190 de 2013, apresentado em junho, dispõe sobre o programa estadual de educação para o trânsito consciente e tem a proposta de aporte pedagógico e didático às unidades de ensino visando à educação para o trânsito.

Com esse projeto, visamos à humanização do trânsito e a defesa daqueles que estão mais expostos a riscos, que são os pedestres e os ciclistas.

Neste momento em que tanto lamentamos novas vítimas, ciclistas que aos poucos vão sendo substituídos por bicicletas fantasmas, aquelas bikes pintadas de branco que estão afixadas como marcos de acidentes que não gostaríamos de lembrar, é que precisamos refletir sobre a necessidade de implementar políticas públicas de humanização do trânsito, e tomar providências efetivas para garantir a segurança dos ciclistas em nossas cidades.

É isso o que temos para nossa reflexão no dia de hoje."

É importante, portanto, lembrar que todos os ciclistas correm, sim, risco de morte e que devemos dar à vida a importância que ela merece. Muitas vezes não é dado o devido valor à vida. Qual é a coisa mais importante que temos na vida? É a própria vida!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença dos nossos amigos de Santa Terezinha do Progresso: Irineu, Rudimar, Derli Furtado e das lideranças que se fazem presentes na nossa Casa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de fazer o registro do aniversário do nosso deputado Ciro Roza que hoje troca de idade e está convidando todos para um abraço depois. Deputado Ciro Roza, seja feliz no seu dia.

Também quero deixar registrado o aniversário, hoje, do nosso secretário da Fazenda, o amigo Antônio Gavazzoni que hoje completa idade também.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - (Passa a ler.)

"Utilizo a tribuna num momento em que o PCdoB, com grande lamento, noticia que na manhã de terça-feira (19), no centro de Chapecó (SC), dois homens com capacete, um armado com uma faca e outro com um facão, atacaram violentamente Patrick Monteiro, assessor parlamentar do vereador Paulinho da Silva, do PCdoB. Os dois homens se aproximaram dele, perguntaram se ele era o Patrick. Ao se identificar, acabou esfaqueado.

'Viemos dar nos teus dedos', gritavam os homens enquanto esfaqueavam Patrick. Depois, eles fugiram do local sem deixar rastros. Patrick foi socorrido e atendido pela equipe do Samu, que o encaminhou para a unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital de Chapecó. Seu quadro é estável, mas a situação ainda é de atenção e muita angústia para familiares, amigos e militantes políticos que aguardam melhoras de Patrick.

Na tarde do mesmo dia, no início da sessão da Câmara, o vereador Valduga, do PCdoB, solicitou a suspensão dos trabalhos na Casa em solidariedade ao assessor, mas foi negado o pedido pela base aliada do governo municipal. Com a continuidade dos trabalhos, Valduga, apoiado por vereadores do Partido dos Trabalhadores, se retirou da sessão como forma de solidariedade à família de Patrick e

também como ato de repúdio à atitude dos demais vereadores.

O vereador Paulinho da Silva não estava presente na sessão, porque estava auxiliando a família de Patrick.

O PCdoB catarinense divulgou uma nota de solidariedade e apoio à família, aos militantes e ao povo chapecoense.

Segue íntegra da nota:

'Nota de solidariedade e apoio

A direção estadual do PCdoB vem a público se solidarizar com a família do camarada Patrick Monteiro, assessor parlamentar no mandato do vereador comunista Paulinho da Silva, na cidade de Chapecó/SC. Patrick foi esfaqueado por dois homens ainda não identificados, no centro de Chapecó, no último dia 19. Desejamos a recuperação de Patrick e estamos solidários com os familiares nesse momento delicado.

Há fortes indícios de se tratar de represália política, já que Patrick é militante político, um cidadão que vivencia o mundo da política da cidade. Confirmando essa hipótese, ou não, é preciso investigar a fundo e levar à Justiça quem executou e quem mandou.

O Partido Comunista do Brasil sempre lutou por um país livre das opressões, onde o povo tenha liberdade para expressar suas opiniões, demandas e reivindicações, sem sofrer qualquer represália. Em 91 anos de história, derramamos nosso próprio sangue por um Brasil livre, forte e democrático, e não nos calaremos enquanto esse episódio não for esclarecido. Não aceitaremos que a injustiça continue imperando, que o coronelismo permaneça e que sangue inocente seja derramado no Brasil pelo qual lutamos. Somos de luta, temos esperanças e não nascemos para o silêncio.

Força aos camaradas, aos familiares, ao Patrick, para que se recupere logo, e nossa solidariedade ao povo de Chapecó.

Direção Estadual do Partido Comunista do Brasil/SC.'"

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Concedo a palavra a v.exa., a quem já agradeço, em nome do PCdoB, pela visita que fez ao nosso camarada, ainda ontem, na cidade de Chapecó, no hospital.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero manifestar, em nome do Partido dos Trabalhadores, não só dos deputados estaduais, mas também dos nossos vereadores que estão tratando junto com o PCdoB desse crime...

Para nós traz muitos traços de que tenha sido um crime, pela sua atuação não comum, tendo em vista que na abordagem, ontem pela manhã, foi inclusive ofertado recursos que havia no escritório, em torno de R\$ 8 mil, de latrocínio. Porém, os bandidos, os marginais ou quem executou esse crime renegou esse recurso.

Portanto, estamos aguardando e exigindo, deputado Angela Albino, assim como o Partido Comunista, a apuração, a investigação.

Eu nasci em Chapecó. Comemoramos nesta semana 96 anos de Chapecó. Mas não queremos que Chapecó seja conhecida pela morte de um vereador, que não foi bem apurada, investigada, que continua sendo um crime político. Não queremos ser conhecidos pela morte de duas homossexuais em 2013. Não queremos ser conhecidos pela cidade que está entre as 100 cidades no Brasil que mais se matam mulheres, e agora mais um crime.

Então, queremos pedir a paz, e só existe a paz se houver justiça.

Portanto, o que aconteceu com o Patrick nos causa apreensão, medo e intranquilidade.

Assim, queremos fazer coro ao PCdoB no sentido de exigir que as autoridades responsáveis façam a devida investigação. E que as Polícias conversem, deputado Sargento Amauri Soares, porque até o meio-dia a Polícia Civil ainda não tinha o monitoramento das imagens do vídeo. A dúvida é: essas câmeras estão em manutenção, como aconteceu com o vereador Marcelino Chiarello, que as câmeras estavam desativadas?

Então, são muitas dúvidas no ar, mas o que quero dizer como deputada é que essa terra é de muita garra, e o nosso povo não merece esse tipo

de crime e, mais ainda, a impunidade. Mas v.exa. tem a nossa solidariedade.

Obrigada!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, deputada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Ouço o deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Angela Albino, quero também me solidarizar com v.exa., com o Partido Comunista do Brasil do estado de Santa Catarina, PCdoB, especialmente da cidade de Chapecó, com o vereador Paulinho, com toda a equipe e com aquele militante que sofreu esse atentado, porque qualquer que tenha sido a motivação, com certeza, é uma motivação criminosa.

O crime aconteceu. Então, é preciso investigar, evidentemente. E havendo vinculação política como supomos, e a nossa tese é que houve, como no caso do assassinato do vereador Marcelino Chiarello...

É estranho que esses tipos de fatos aconteçam numa determinada cidade do estado, esses que a deputada Luciane Carminatti citou, porque nas outras cidades, apesar de existir também o crescimento da violência, os crimes não tem essas características.

Então, evidentemente que se exige que as autoridades da cidade de Chapecó, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, atuem no sentido do esclarecimento, da elucidação desse fato, para que a sociedade chapecoense, catarinense, tenha uma resposta adequada para que se possa combater essa prática que, com certeza, é condenável, e a sociedade civilizada não pode compactuar com ela.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ANAGELA ALBINO - Obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Esse pronunciamento que fiz hoje vai ser lido em plenário, pela Jô Moraes que integra a bancada federal do PCdoB. Também pedimos ao ministro da

Justiça que olhe atentamente para o que acontece em Chapecó, pois é impressionante o crescimento do número de violência que em poucos anos chegou a quadruplicar, segundo dados da secretaria de Segurança Pública. E agora, com o do Patrick, são dois com forte indicativo de um componente político, o que torna também assunto ainda mais grave e preocupante para todos nós.

Ontem tentei entrar em contacto com o secretário César Grubba. E faço novamente o mesmo pedido: que possa se empenhar para efetivamente apurar o que aconteceu. E o relato da deputada Luciane Carminatti que já esteve também no hospital em Chapecó, vendo o Patrick, é o que tem mais nos angustiando.

A Polícia Civil de Chapecó ainda não tem acesso às imagens do acontecido numa das ruas mais movimentadas de Chapecó, a avenida Getúlio Vargas. É impossível que as câmeras não estivessem funcionando. E se estavam, queremos ter acesso a quem fez isso e por que fez isso. E reporemos a justiça.

Esse menino valoroso, ele é pouco mais do que um menino, combativo, não pode ter sua voz silenciada por um grupo de marginais que obviamente trabalha de forma articulada. O que se viu lá foi uma definição bem clara de que era o Patrick e onde é que ele trabalhava. Não se queria dinheiro, não se queria outra coisa que não fosse...

"Viemos dar nos dedos." Com isso o menino perdeu um dedo, dois ficaram com sequelas, fora as facadas que ele recebeu e fora a violenta forma como foi tratado.

Por isso, exigimos que o governo do estado se empenhe em apurar também esse caso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sra. deputadas, deputados que estão aqui, na sessão, catarinenses que nos acompanham no

Parlamento e também nossos amigos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, hoje faço aqui um pronunciamento em relação a um tema que estamos tratando neste ano e já por algum tempo.

Chegamos à conclusão de que precisamos fazer um trabalho específico com relação ao gerenciamento de resíduos sólidos em Santa Catarina. Isso foi motivo de uma viagem minha à Califórnia. Depois, fui com outros deputados à Finlândia, Suécia e Dinamarca, para conhecer como isso funciona lá.

Deputado Romildo Titon, uso a tribuna hoje para falar da emenda aditiva ao Projeto de Lei n. 305/2013, de autoria de v.exa., que trata das mudanças e adequação do Código Estadual do Meio Ambiente.

Fruto de resultado de muitas reuniões e de trabalho de minha assessoria, também do Instituto Lixo Zero e de outros catarinenses que vieram trazer a sua sugestão para que possamos colocar no Código do Meio Ambiente esse assunto específico de resíduos sólidos, estamos encaminhando hoje ao deputado Mauro de Nadal, relator do Código, 196 itens que estamos agregando, sobre resíduos sólidos.

O deputado Romildo Titon me perguntou se eu ia mudar tudo. Não, as nossas emendas vão a partir do art. 256 que fala sobre o gerenciamento.

Então, quero falar aqui sobre alguns temas, não dá para falar sobre todos, pois são 196 itens. Mas, por exemplo, o art. 256 da Lei n. 14.675, que fala sobre o Código do Meio Ambiente, fala dos princípios e diretrizes. E ali nós, entre outras coisas, asseguramos o respeito às diversidades locais e regionais com relação à produção de lixo.

No oeste existe uma realidade, no sul outra, bem como no norte, no vale do Itajaí. Então, precisamos cuidar.

O item XIV fala do incentivo da coleta seletiva em parceria com os municípios e iniciativa privada. E aqui sempre perguntamos por que não vem para Santa Catarina uma empresa, como vimos em tantos países, para trabalhar com o lixo

reciclável? É que o Plano de Gerenciamento Nacional coloca "exclusivamente feito por cooperativas". E estamos colocando o incentivo.

Também estamos colocando o estímulo à devolução de embalagens plásticas, mediante incentivo financeiro. Queremos fazer em Santa Catarina o que tem na Califórnia, nos Estados Unidos, ou seja, para cada garrafinha de água voltam cinco centavos de dólar, sendo que 40% são pagos como prêmio e 60% fica para a educação ambiental. Estamos fazendo essa sugestão.

Quanto ao incentivo às embalagens biodegradáveis, pude trazer, e mostrei nesse plenário, deputado Moacir Sopelsa, imagens da viagem que fiz mostrando colheres, garfos, facas e copos feitos de milho, todos 100% biodegradáveis. E estamos querendo trazer isso para Santa Catarina.

Um assunto extremamente polêmico é a queima de resíduos não recicláveis ou tratamento economicamente viável para a geração de energia.

Eu sei que quando se fala em queima de resíduos aqui no Brasil acende-se uma luz vermelha. No estudo que fizemos lá, as usinas de queima de lixo para produção de energia elétrica são muito menos poluentes do que as nossas, que produzem energia através do óleo diesel.

Então, hoje em dia quando se fala em queima de lixo, não se trata de botar fogo e gerar a fumaça. Existem muitos tratamentos e normas para que esse processo possa ser feito.

O art. 257 fala sobre o objetivo do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. E colocamos em um dos itens: adotar o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais, priorizar nas aquisições e contratações ambientais: produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambiental sustentáveis. Ou seja, acompanhamos esses cuidados quanto aos resíduos sólidos até quando os órgãos governamentais vão fazer a contratação de algum serviço.

No art. 258 que fala dos instrumentos do plano tem um item que fala da coleta seletiva, a sistema de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Precisamos apurar essa questão.

O empresário Albano Schulz faz essa logística reversa com o isopor. Hoje os eletrodomésticos vêm com isopor, e a Tupiniquim faz uma logística reversa, porque pega o material, recicla e usa novamente. E devemos nos preocupar com isso.

E quero falar um pouco mais sobre um item importantíssimo que é o setor educacional incluir nos currículos escolares programas educativos de minimização dos resíduos sólidos. Precisamos levar isso para as escolas.

Há outros itens, mas quero falar sobre a responsabilidade.

(Passa a ler.)

"[...]Art. 285. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Art. 286. Resíduos sólidos especiais, no âmbito estadual, são:

- a) pneumáticos;
- b) pilhas e baterias;
- c) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista;
- d) embalagens de tintas, solventes e óleos lubrificantes;
- e) embalagens de agrotóxicos;
- f) equipamentos e componentes eletrônicos;
- g) bitucas de cigarro;
- h) medicamentos vencidos ou estragados em poder da população."

Quero falar somente sobre os pneus.

Deputado Taxista Voltolini, v.exa. sabia que temos o rejeito, ou seja, o descarte de 28 mil toneladas de pneus de caminhões, somente em Santa

Catarina, todos os anos? E dessas 28 mil toneladas de pneus que são descartados, apenas sete mil tem destino correto. Estamos falando de 21 mil toneladas por ano de pneu que não estão tendo destino correto. E precisamos estar muito preocupados com essa questão.

Por isso, sr. presidente, com muita alegria faço o registro desse momento tão especial.

Quero agradecer à minha equipe, a todos que ajudaram para que pudéssemos protocolar 196 sugestões para o Código do Meio Ambiente, relacionadas a resíduos sólidos em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de falar sobre um projeto que apresentamos, nesta Casa, neste dia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação dos rótulos de embalagens, quanto à presença ou não de lactose nos produtos alimentícios.

Em relação às questões relacionadas à saúde, aos esclarecimentos e à prevenção, mais do que nunca o próprio Código, a defesa do consumidor, a exigência da comunidade é no sentido de saber, efetivamente, aquilo que se está consumindo. E por isso será importante também essa informação que estamos propondo.

(Passa a ler.)

"Segundo o ministério da Saúde, cerca de 40% da população adulta, no Brasil, sofre com a intolerância à lactose, chegando a quase 70% da população em geral. Esses números podem variar em cada país. No Japão, por exemplo, quase toda a população tem intolerância à lactose."

É um número muito grande, inclusive, às vezes, quase se duvida de que seja tão alto, mas de fato todas as estatísticas comprovam que quase 70% da

população têm algum tipo de intolerância à lactose. Esses números podem variar entre os países.

(Continua lendo.)

"A doença ocorre porque o indivíduo nasce sem a lactase, que é uma enzima que quebra a lactose, o açúcar do leite. Também pode deixar de produzir essa enzima ao longo da vida, seja pelo envelhecimento ou por lesões no intestino.

Além dessa alta incidência da doença, hoje há mais acesso ao diagnóstico, pois os médicos estão mais atentos ao problema, o exame é simples e está disponível no Sistema Único de Saúde.

Para as pessoas com intolerância, qualquer alimento que contém lactose pode fazer mal. Leite, iogurtes, queijos ou qualquer alimento que os utilize na preparação podem ser prejudiciais à saúde.

A lactose também está presente, senhores, em alguns medicamentos. Por isso, é importante a pessoa saber e às vezes o médico pergunta ao paciente exatamente para saber qual o medicamento deverá indicar, porque em cada produto há um grau maior ou menor de lactose. Outros podem deixar o consumidor em dúvida sobre se foram ou não fabricados com leite. Por isso, a pessoa que tem intolerância à lactose tem dificuldades em saber o que pode ou não consumir.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, determina que os rótulos apresentem vários dados, deputado Kennedy Nunes, como informação nutricional, composição de água mineral, corantes, que podem causar alergias, produtos *light* e *diet* e até indicação sobre se há produtos geneticamente modificados, os transgênicos, na formulação. Também devem indicar se o alimento contém glúten, informação importante para os portadores de doença celíaca. Mas não tem ainda uma norma em relação à lactose aqui em Santa Catarina; por isso, estou propondo esse projeto de lei.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Realmente, antigamente, nessa questão da lactose parecia que as crianças estavam com defeito de fábrica, porque tudo era intolerância à lactose. Depois, começamos a observar pessoas acima de 60 anos começar a apresentar o mesmo defeito. Então, como v.exa. disse, esse é um procedimento de evolução de pesquisas e exames.

Eu entrei com um projeto de lei aqui, nesta Casa, que deve estar tramitando nas comissões, para que nos supermercados tenha uma gôndola específica com esses produtos, porque muitas vezes é difícil para a pessoa achá-los. Isso foi inclusive sugestão de uma pessoa com intolerância tanto ao glúten como à lactose, que muitas vezes chega aos supermercados e não sabe onde tem. Então, o nosso projeto de lei visa criar esse espaço, para que todos os produtos que tenham essa informação fiquem somente num lugar, juntos, numa gôndola.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu acho que os dois se complementam, e precisamos buscar essas informações e colocar à disposição do consumidor.

Assim, o presente projeto de lei visa complementar em nosso estado as informações já disponíveis nos rótulos das embalagens de alimentos. A informação sobre a presença ou não de lactose deverá seguir as normas previstas no regulamento técnico sobre rotulagem, editado pela Anvisa. A não observância da lei resultará em advertência ou multa.

Portanto, acreditamos que a obrigatoriedade da informação completa nos rótulos dos alimentos dá ao cidadão catarinense poder de escolha sobre seus hábitos de consumo e mais segurança no cuidado com a própria saúde. Ele pode ter autonomia para decidir o que faz bem ou não para si, evitando complicações e prevenindo problemas maiores.

Assim, espero o apoio de todos os srs. deputados na tramitação desse projeto, para que possamos tê-lo aprovado.

Antes de encerrar o nosso tempo, quero comunicar que estarão aqui os representantes do município de Ouro, usando esse espaço da tribuna, para divulgar o livro *Frei Crispim*.

Ao prefeito, sr. Vitor João Faccin, a vereadora Elone Masson, o vereador Djonykiel Iwandro Morosini e a comitiva aqui presente as nossas boas-vindas. Mas quero destacar em especial a Ilse Debarba e o Idemar, autores do referido livro, que aqui irão divulgar um evento importante que ocorrerá no domingo, no distrito de Santa Lúcia, relacionado ao Frei Crispim. E quero destacar isso, pois o frei foi um grande anunciador da palavra de Deus e dono de um coração bondoso e cheio de fé, conforme está escrito pelos autores, que gentilmente nos autografaram e deixaram em todos os gabinetes um exemplar do livro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha nesta sessão de terça-feira, volto ao tema que falamos na semana passada, que me causa espanto, menos barulho do que o silêncio.

O que mais me tem atordado neste Poder Legislativo é o silêncio em relação a alguns assuntos, como se a Assembleia Legislativa estivesse dizendo para a sociedade que os deputados não querem saber de possíveis irregularidades, nem na política de concessão para tratamento de água e saneamento nem na política de energia elétrica, sua empresa pública, a Celesc, ou dizendo de forma mais direta, nem nas

privatizações das águas nem nas denúncias de notícias de corrupção na Celesc.

Temos aqui um caso típico que tem valido mais as alianças eleitorais do que a apuração de fatos evidentes de corrupção em empresas públicas.

Há dois anos falaram em R\$ 51 milhões que uma empresa chamada Monreal teria levado da Celesc, supostamente, para realizar serviços de cobrança de faturas atrasadas. E não se tem prova de que tenha realizado algum serviço que pudesse valer, pelo menos, uma terça parte desse valor. Mas a Assembleia Legislativa não quer saber. Mais recentemente o surgimento nos meios de comunicação do pagamento de valor em dinheiro, por parte da Celesc, mediante apresentação de nota fria, no mesmo período da Monreal, coisa de três, quatro anos.

Eu imaginava chegar aqui, na semana passada, e perto de 40 deputados assinassem pela abertura de uma CPI a respeito desse assunto. O que vimos é que a CPI das Águas que já contava com 19 assinaturas, parece-me, está dando água, como disse ironicamente alguém nos meios de comunicação. Fez água na CPI das Águas. É o mecanismo já histórico de sepultamento de CPI, como se deputados fossem coveiros daquilo que deveria ser uma das suas principais obrigações constitucionais. É lamentável que estejamos caminhando para um consenso em que alianças tão amplas inviabilizem o Poder Legislativo de realizar uma das suas principais missões constitucionais.

Ouvi nos meios de comunicação, na semana passada, o atual presidente da Celesc dizendo que a diretoria da empresa fez tudo que lhe cabia legalmente. Permita-me discordar, ilustre presidente da Celesc. Qualquer gestor de empresa pública, tendo denúncia de irregularidade ocorrida na instituição que preside, que dirige, tem a obrigação, além de fazer as denúncias aos escalões superiores, além de encaminhar aos órgãos e poderes de investigação, também de realizar processo administrativo interno, para apurar.

A Celesc, em 2011, não disse nada para ninguém, para os meios de comunicação, não tornou público, encaminhou para a Polícia Civil, para o Ministério Público, e dizem que encaminhou também para o Tribunal de Contas. Mas até agora, e já faz dois anos, não aconteceu nada, não realizou processo administrativo interno. E isso é uma falha, é uma falta, é uma ausência do cumprimento da obrigação, porque merecia inclusive a apuração interna dos fatos.

Parece-me que existe omissão da Celesc em investigar fatos graves que aconteceram numa auditoria que ela própria mandou fazer. E não manda apurar administrativamente porque os envolvidos fazem parte da base de sustentação, fazem parte da aliança eleitoral, e a Assembleia Legislativa continua em silêncio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, há alguns dias apresentamos uma moção nesta Casa, fruto de uma audiência pública realizada em Canelinha. E vou ler esta moção, porque hoje pela manhã recebi a visita desesperada da professora Roselene Cirilo Grippa pedindo pelo amor de Deus que o governo tome uma atitude para dar pelo menos condições de tráfego na rodovia SC-409.

(Passa a ler.)

"O presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, com base no art. 195 do Regimento Interno deste Poder, e considerando que:

- em audiência pública, realizada pela comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, no último dia 15 de julho, na cidade de Canelinha, que contou com a presença dos deputados Reno Caramori, Volnei Morastoni, Serafim Venzon e Dado Cherem, do prefeito de Canelinha, do presidente da

Câmara de Vereadores, dos demais vereadores de Canelinha, do representante do prefeito de Brusque, do presidente da Associação de Moradores do Grande Moura, de segmentos organizados, entidades de classe, empresários e comunidade geral, foi discutida e analisada a situação da rodovia SC-409, que liga os municípios de Canelinha e Brusque, via comunidade do Grande Moura, objetivando a pavimentação asfáltica daquela via;

- conforme resolução, ficou definido que o governo do estado de Santa Catarina, por meio de órgão competente - Secretaria de Estado da Infraestrutura e ou Deinfra -, deverá reconhecer oficialmente que a rodovia SC-409 pertence ao estado, viabilizando, de imediato, projeto de pavimentação asfáltica, haja vista que a rodovia em questão já havia sido incluída e elegível para projeto de pavimentação no Programa Rodoviário de Santa Catarina, denominado BID-5, autorizado pelo Projeto de Lei n. 222/2008 - Lei n. 14.529 de 18 de outubro de 2008; e

- a Comunidade do Grande Moura concentra 75% (setenta e cinco por cento) do território do município de Canelinha, bem como, em termos de movimento econômico, é o maior produtor de arroz do vale do Rio Tijucas, possui em torno de oito milhões de palmeiras plantadas e ainda atua em outras áreas econômicas, quais sejam: a criação de 15 mil cabeças de gado, criação de frangos, extração de material para mineradoras, dentre outras;

Requer o encaminhamento de moção ao governo do estado de Santa Catarina, ao secretário de estado da Infraestrutura e ao presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - Deinfra -, nos seguintes termos:

'A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, por meio de seu presidente deputado Reno Caramori, manifesta apoio e apela a vossa excelência para o reconhecimento oficial, pelo estado de SC, da rodovia SC-409, que liga os municípios de

Canelinha e Brusque, e execute projeto de asfaltamento daquela rodovia, considerando que a referida rodovia já havia sido contemplada e elegível para projeto de pavimentação no programa rodoviário do estado, denominado BID-5, autorizado pelo Projeto de Lei n. 222/2008 - Lei 14.529, de 28 de outubro de 2008. Atenciosamente, deputado Joares Ponticelli - Presidente'."

Portanto, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje pela manhã essa professora, não conseguindo acessar ao seu destino, resolveu mudar o trajeto, deputado Dado Cherem - e v.exa. esteve lá conosco - e foi até o nosso gabinete em busca de apoio da comissão de Transporte desta Casa.

Atendemos à sra. professora que nos relatou a situação em que se encontra aquela rodovia: sem a menor condição de trafegabilidade. Por isso, faço esse apelo. E vou, ainda na tarde de hoje, manter contato com o secretário da Infraestrutura e o diretor do Deinfra, para que tomem uma providência imediata, pelo menos dando condições de tráfego, aterrando os buracos que lá estão impedindo o trânsito com todo esse período de chuva.

Então, isso criou um problema muito sério naquela que é uma das maiores comunidades do município de Canelinha, com 19km de extensão no município de Canelinha e 8km no município de Brusque. Assim, fazemos esse apelo para que o governo determine a recomposição daquela rodovia, para o alívio de estudantes, trabalhadores e moradores daquela região, que são em grande número, pois ela é vila dormitório, podemos assim dizer, de Brusque, São João Batista e Canelinha.

Por isso, fazemos esse apelo para que seja corrigido aquele problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, eu não vou ter a oportunidade de me manifestar,

pois irei me retirar do plenário um pouco antes do horário do partido, sendo que o deputado Nilson Gonçalves vai utilizá-lo, mas quero aproveitar este momento para parabenizar o prefeito Paulo Eccel, da cidade de Brusque, pela importante obra que entregou no município, no sábado pela manhã, a Praça da Cidadania, uma verdadeira obra cidadã voltada para os interesses da comunidade brusquense.

Como filho de Brusque, quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo por tão importante monumento cidadão entregue ao povo brusquense.

Então, quero que esses cumprimentos sejam extensivos a todos os administradores e parlamentares que contribuíram com aquela obra. E no fundo, no fundo quero dizer parabéns à cidade de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aproveitar este horário, e a deputada Angela Albino também usou da palavra, para em nome do partido nos solidarizarmos com o lamentável fato ocorrido com o assessor do vereador Paulinho, em Chapecó.

Acho que tem que ter uma resposta realmente rápida e imediata das autoridades policiais e da Justiça.

Pelas fotos, aparentemente é um crime de vingança, um crime de raiva, até porque como foi dito e a imprensa falou, não quiseram levar valores. Utilizaram quase dois facões, um facão e uma faca. Não queriam, aparentemente, matar, mas queriam impor dor à vítima, ao atacado, ao advogado. E todas as possibilidades, enquanto a Justiça, a Polícia não identificar, ficam em aberto. Então, também entendemos que a Polícia e a Justiça devem ser rápidas. O estado tem o dever de dar uma resposta àquele crime de Chapecó, àquele

crime de violência contra o Patrick, advogado, assessor do vereador Paulinho.

Em nome do PSD, do nosso partido, também queremos deixar esse registro da nossa solidariedade.

Também vemos que há um encaminhamento em nível de secretaria da Administração, da Fazenda, governo do estado, com o sindicato dos policiais, com a Aprasc, com a Associação de Delegados, buscando uma recuperação na questão salarial de todos os membros da segurança pública do estado. E pelo que acompanhamos, pelo que temos conversado com os secretários, a maioria das categorias, ou quase todas elas, já construíram um projeto, conversando, dialogando com o governo, que tem as suas limitações, que tem as suas dificuldades, mas que busca corrigir as distorções salariais, especialmente na questão da segurança pública.

O que pedimos e temos conversado com o presidente Anderson Amorim, presidente do Sinpol, Sindicato dos Policiais Civis, com o Juliano Pedrini, que está no exercício da Presidência, é que há necessidade de diálogo, de construção, de buscar o que é possível, as melhorias que são possíveis, para a classe policial.

Quanto a essa discussão, tem sido restrita às secretarias da Fazenda e da Administração, ao controle da folha, aquela equipe que administra a folha de pagamento do estado, com os sindicatos.

Então, é importante que o Sinpol continue nessa negociação, não sendo necessárias ações de enfrentamento, até porque os policiais civis, como servidores públicos, têm uma preparação muito grande, uma capacidade muito grande de atuação no combate à criminalidade, mas não são preparados para ações sindicais, ações de discussão salarial, ações de enfrentamento.

A certeza é que o governo quer esse projeto que está sendo construído. E vejo aqui o Roberto Salun, do Sinpol, que conhece a sistemática, que tem se empenhado para essa solução. Às vezes não concordamos com todos os tipos de ações, mas concordamos que temos que encontrar uma solução.

Com certeza essa linha que está levando o secretário Antonio Marcos Gavazzoni a construir esse projeto que não é imediato, mas que num prazo de até dois anos irá fazer com que a Segurança Pública do estado de Santa Catarina seja uma das melhores, senão a melhor remunerada em nível de Brasil...

Então, estivemos mais 31 anos na ativa da Polícia Civil e sabemos das dificuldades. Tivemos momentos bons na questão salarial, na questão de equipamentos. Tivemos maus momentos nesses últimos 30 anos, mas, sim, podemos construir, e é vontade do governador Raimundo Colombo de construir o melhor momento da Segurança Pública e da Polícia Civil. E isso se faz ouvindo as partes, discutindo, debatendo, para que possamos chegar a um entendimento.

Então, a minha sugestão é que o trabalho, principalmente o diálogo, continue ou recomece, já que aparentemente houve uma interrupção, mas que haja esse diálogo, que haja o entendimento, que haja uma compreensão e que se analise o que é possível.

Falava com o Anderson esses dias, exemplificando aquilo que ganhamos e aquilo que podemos dar aos nossos filhos e às pessoas que dependem da gente. No governo é a mesma coisa, é uma arrecadação para atender a todas as necessidades do estado e ainda investir em saúde, educação, segurança pública e em projetos que a população todo dia espera.

Hoje pela manhã, abordando mais um tema, estivemos na Rádio Natureza, em Balneário Camboriú, conversando com o Renato, batendo um papo ao vivo, tratando das ações de Balneário Camboriú e da região. Na oportunidade, parabenizamos o pastor Renato pela sua devoção, pela sua firmeza no projeto que conduz junto com a Rádio Natureza. Falo nisso porque hoje teremos a votação em segundo turno do projeto que cria o Dia do Ecumenismo, que é a comemoração da integração da paz entre todas as religiões e também entre as pessoas, no sentido de terem mais respeito com o próximo, mais tolerância, mais compreensão.

Sentimos, deputado Taxista Voltolini, como as pessoas precisam de paz no horário do pico, às 19 horas, ao sairmos da Assembleia, na fila no trânsito, uns mais tolerantes, cedendo espaço para outro que quer mudar de faixa e ir com mais tranquilidade, e alguns mais exaltados. Realmente, essa é a situação das pessoas, o seu estado de espírito no seu dia a dia. Então, por solicitação, fizemos a indicação do Dia do Ecumenismo, que foi aprovada por unanimidade nesta Casa e que hoje deverá ser votada em segundo turno.

Também estamos esperando uma resposta rápida do Inmetro a respeito de uma consulta que foi feita por esta Casa sobre o nosso projeto que defende a natureza, que defende o meio ambiente, pois determina o abastecimento dos veículos nos postos de Santa Catarina até o desarme automático.

O desarme automático não é por acaso que foi colocado no veículo, mas porque lá existe um filtro de carvão que impede a saída dos gases do tanque. Esses gases, ao saírem do tanque, atingem o meio ambiente, atingem a saúde do próprio frentista. Inclusive, ao ser umedecido pela gasolina provoca danos ao próprio veículo.

Portanto, existe o desarme automático, mas muitos motoristas exigem no posto o abastecimento até a boca. Esse abastecimento até a boca prejudica o filtro que existe para proteção do meio ambiente. E prejudicando o filtro também prejudica o meio ambiente, o veículo e a saúde do próprio frentista.

Esse projeto de nossa autoria está em tramitação, para dar ao frentista a força para dizer que não pode abastecer além do desarme automático. Ele não quer contrariar o patrão, não quer contrariar o cliente, mas existindo uma lei estadual, que estabeleça uma multa para o abastecimento além do desarme automático, as pessoas serão obrigadas a cumprir.

Esses são projetos que encaminhamos, pois entendemos que podem ajudar ao nosso estado a ter uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero primeiramente deixar registrado e cumprimentar os aniversariantes do dia de hoje: o deputado Ciro Roza, o nosso secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, o nosso companheiro e amigo secretário Gelson Sorgato. Desejo que possam ter muito sucesso na sua vida. E quero dizer que temos o privilégio de ser seus amigos.

Vejo aqui presente o prefeito do município de Ouro. Quero cumprimentá-lo juntamente com sua comitiva. E quero também dizer que a festa que deve acontecer no próximo domingo em homenagem a Frei Crispim é para homenagear uma pessoa de muita fé, que contribuiu muito com a esperança na nossa região. Por isso, o movimento é uma festa justa em homenagem a esse grande pregador da palavra de Deus.

No último sábado tive o privilégio de, juntamente com outros deputados, estar em Joaçaba, na companhia do nosso governador Raimundo Colombo, onde na ocasião ele deixou assinado um convênio com a prefeitura municipal, para a pavimentação e revitalização do acesso a Joaçaba, construído há mais de 40 anos. Esse acesso não vai atender só ao município de Joaçaba, mas à nossa grande região do meio-oeste de Santa Catarina.

O governador também autorizou a pavimentação e revitalização da estrada que vai de Luzerna a Tangará, uma obra necessária, que vem ao encontro do desenvolvimento do meio-oeste do estado.

Tive a felicidade de acompanhar o governador em suas missões em Joaçaba, Concórdia, Xanxerê e demais municípios. O governo vive um momento diferente, em que tem a possibilidade de contribuir com as regiões.

O ex-governador Luiz Henrique da Silveira deu prioridade à construção dos acessos aos municípios, e foram realizados, se não me falha a memória, 54 acessos, mas ainda falta um na região

meio-oeste, de Paial a Chapecó. Isso ocorreu não por culpa do governador, mas por empecilhos que as leis, a burocracia, nos impõem. Mas precisamos registrar que são muitas obras. E temos o dever e a obrigação de tornar isso público.

Em Joaçaba, há poucos dias, na homenagem feita pelo deputado Jorginho Mello, ouvimos que o município é o terceiro no Índice de Desenvolvimento Humano, apenas atrás de Florianópolis e Balneário Camboriú.

O índice de 0,866 representa um padrão muito elevado de desenvolvimento. A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação, produto interno bruto e produto per capita, como um indicador do padrão de vida.

Também é a cidade com maior número de médicos que atendem pelo SUS em Santa Catarina. As pessoas têm qualidade de vida. Isso se demonstra pela vontade de fazer o bem que a população possui. Por isso quero agradecer ao prefeito Mamo, ao vice-prefeito Marcos Weiss, a toda a administração municipal e a toda gente de Joaçaba. E Concórdia foi desmembrada de Joaçaba, quando esta ainda se chamava Cruzeiro. De um grande município temos dezenas de outros municípios e todos com índices de desenvolvimento importantes. Isso graças ao trabalho da gente.

Eu costumo dizer, deputados, que o agronegócio em Santa Catarina nos coloca em destaque não só brasileiro, mas mundial. E foi quando os mais velhos investiram no agronegócio em Santa Catarina. E posso citar como exemplo: em Joaçaba, o sr. Marcos Weiss, em Concórdia, o sr. Atílio Fontana, em Chapecó, o sr. Ari, o Plínio.

Essas pessoas implantaram as suas indústrias em Santa Catarina, não por sermos o estado com melhor topografia, nem por sermos um estado grande, mas por termos aqui uma população trabalhadora, como a questão da agricultura, do atender às pessoas, a questão do atendimento humano, que está na formação do povo catarinense, do oeste catarinense.

Eu sempre digo que para produzir alimentos nas pequenas propriedades não pode ter preguiça, é preciso ter vontade de trabalhar. Não tem sábado, não tem domingo, não tem chuva, não tem feriado, não tem férias. Essa é uma exigência que a profissão faz. Por isso, o reconhecimento que faço ao município de Joaçaba, mas, especialmente, às regiões produtoras de alimento.

Agradeço ao governo do estado por esses investimentos que faz, que são possíveis, porque teve o apoio do governo federal.

Quando governamos um município, um estado, um país, somos governantes de todos aqueles que moram no município, no estado ou no país.

Tenho certeza de que esses investimentos que estão previstos, outros que estão acontecendo, outros que estão sendo anunciados, na melhoria das rodovias, na melhoria da infraestrutura, dos nossos municípios, na melhoria da saúde, na melhoria da educação, é o governo do estado que está no caminho certo. E vamos poder desenvolver melhor as regiões que nos últimos tempos tiveram menos investimentos.

Parabéns ao governador!

Parabéns à nossa gente de Joaçaba!

Entendo que é dessa forma que contribuiremos para o desenvolvimento do nosso estado e dos nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer ao PSDB pela concessão do tempo.

Eu não gostaria, com sinceridade, de registrar a morte do amigo Reinaldo Schroeder, mais conhecido como Nalo, presidente do Sindicato dos Plásticos de Joinville, na manhã de hoje.

Eram 9h. Ele estava numa reunião do sindicato, com demais companheiros, pediu licença para se ausentar, foi até a sua sala, e logo em seguida seus colegas escutaram um tiro.

Os funcionários do sindicato foram até o local e encontraram o nosso amigo, Reinaldo Schroeder, morto no seu local de trabalho. A Polícia, segundo informações que temos, encontrou em cima da mesa um bilhete, mas não temos conhecimento ainda do conteúdo. E a hipótese óbvia e lógica é de suicídio.

Estamos vendo algumas fotos, na tela, do Nalo, até porque as pessoas não ligam o nome à sua pessoa, mas ele era um motociclista antes de mais nada. E tivemos a oportunidade de viajar, principalmente no sul do Brasil e por muitos lugares. Também era o presidente do Moto Clube Liberdade, de Joinville, e do Sindicato dos Plásticos, onde defendia com muito fervor os seus pares, os seus sindicalizados.

Eu, particularmente, não consigo entender, até agora não caiu a ficha. Não consegui entender o que é que levou o meu amigo a tirar a sua vida. Uma pessoa de bem com a vida, sempre rodeado de amigos. Gostava de animais de raça e tinha três grandes cachorros. Tinha a sua chácara, perto da Barra do Sul, onde costumeiramente, no final de semana, reunia os amigos. Estava de muito bem com a sua família, seus filhos. Trabalhava normalmente no seu sindicato. Defendia e era uma unanimidade entre seus colegas, inclusive na forma como trabalhava.

Ele vivia constantemente indo ao nosso programa de rádio e TV, sempre anunciando alguma coisa, às vezes defendendo o seu sindicato. Anunciava coisas relativas ao seu sindicato, outras vezes sobre encontro de motocicletas.

No meu modo de entender, todos nós temos problemas e muitas vezes os amigos desconhecem os nossos problemas. Isso é normal. Eu tenho meus problemas, momentos de profunda tristeza, por desencanto por algumas coisas que vemos na vida, no meio político principalmente, que é um festival de surpresas. Acontecem coisas que nos

desencantam. E muitas vezes não passamos isso aos nossos amigos.

Eu era amigo do Nalo, posso considerar, porque amigo se conta nos dedos. Ele era um dos meus grandes amigos, mas não convivia na sua particularidade, no seu dia a dia. Convivia com ele na hora de lazer. Ríamos, conversávamos e viajavamos muito de moto, mas não convivia e não o conhecia no seu dia a dia, na sua intimidade diária. Quem sabe, tinha problemas sérios que não sabíamos. Quem sabe, descobriu uma doença séria. Quem sabe, tinha alguma coisa que ele achou intransponível e preferiu cortar o caminho. Não sei, mas apenas sei dizer aos senhores e quero deixar registrado aqui, na Casa, meus sentimentos de dor pela perda de um amigo.

Peço, sr. presidente, se for possível, até verbalmente, que seja transmitido aos familiares os pêsames em nome de todos os deputados desta Casa. Era um rapaz que se doía por mim. Se alguém me atacava via imprensa ou alguma coisa, ele dizia que resolvia e que podia deixar com ele, que eu ficasse tranquilo e que deveríamos olhar para frente. Ele se queimava por mim, fica ofendido por mim, sempre. Era um fiel amigo.

Sr. presidente, peço desculpas porque logo em seguida estou indo para Joinville unir-me à família e colocar-me à disposição dos familiares neste momento tão difícil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Concordo com v.exa.

O suicídio é a ação mais difícil de compreender de um ser humano. Digo isso, deputado Nilson Gonçalves, porque quando fui delegado de Polícia atendi centenas de casos de suicídio. A família não aceita, os amigos não aceitam.

Numa época pedi para meus colegas juntarem as cópias dos inquéritos dos últimos cinco anos. Deu 182 suicídios. É grande o número, mas não é divulgado em razão de que isso leva outras pessoas que estão com problema acharem que tirar a vida é

a solução. E quando fizemos levantamento, o motivo não justifica, porque não tem motivo que justifique. Então, infelizmente, é o sentimento mais incompreensível por parte de amigos e de família o que leva uma pessoa a tirar a própria vida.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Obrigada, deputado. Inclusive, numa das fotos estou vendo que ele esteve num evento na Feitiesc, com o senador Paulo Paim, e em outros momentos da vida de militância sindical. Solidarizo-me com v.exa. no lamento pela perda de um colega de movimento sindical.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O velório está acontecendo na igreja Luterana Estrada da Ilha. E o sepultamento vai ser amanhã, às 14h30, no Cemitério Dona Francisca.

Quero registrar o meu sentimento de perda, sr. presidente, de um grande amigo. Que Deus o tenha!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que serão arquivados os Ofícios n.s: 0372/2012, 0374/2012, 0375/2012, 0376/2012, 0378/2012, 0540/2012, 0541/2011, 0561/2011.

Comunica, também, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0336/2013, 0575/2013.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0044/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Projeto de Lei n. 0098/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera, teve solicitação de retirada.

Esta Mesa Diretora acolhe o pedido de retirada do Projeto n. 0098/2013, do deputado Pedro Baldissera.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0115/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que denomina Iegar Dalmagro o ginásio de esportes da Escola Básica Alberico Azevedo, do município de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0192/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que dispõe sobre a instituição do Dia do Ecumenismo, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0229/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Dinamar Baldissera o ginásio de esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antônio Cabreira, pertencente à rede pública estadual, situado à Av. São João, no município de Faxinal dos Guedes.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0308/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 5.561, de 1979, que declara de utilidade pública a COMBEMTU - Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor, de Tubarão.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0045/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Moacir Coradi o trecho da rodovia SC-355,

compreendido entre o município de Jaborá e a BR-153.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0107/2013, de autoria da bancada do PMDB, que cria a Semana Estadual de Mobilidade Urbana.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0125/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que denomina Rodovia Francisco Arcanjo Grillo o trecho da rodovia SC-400, compreendido entre o trecho de entroncamento da SC-402 e o Balneário Daniela, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0177/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os municípios de Ipumirim e Xavantina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0255/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o município de Imbuia ao entroncamento com a rodovia SC-350.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0503/2013, 0511/2013, 0512/2013, 0513/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0504/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0505/2013, 0506/2013, 0515/2013, 0516/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0507/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0508/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima;

0509/2013, 0510/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0514/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0517/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0860/2013 e 0869/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0861/2013, 0862/2013, 0863/2013, 0864/2013, 0865/2013, 0866/2013 e 0867/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0868/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0870/2013, 0871/2013 e 0872/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0873/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0874/2013, 0875/2013, 0876/2013 e 0877/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0878/2013 e 0879/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0884/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu o seguinte requerimento:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a suspensão da sessão ordinária do dia 20 de agosto de 2013, pelo tempo de 10 minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do Senhor Vitor Faccim, Prefeito de Ouro, que se manifestará sobre os 50 anos da morte do Frei Crispim."[sic]

Conforme determina o nosso Regimento, o requerimento vem subscrito por todos os líderes, a solicitação é do deputado Neodi Saretta, e esta Presidência suspenderá, portanto, a sessão pelo tempo de até dez minutos, convidando para se manifestar o sr. Vitor Faccim, prefeito de Ouro.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham, em

especial o prefeito Vitor, toda equipe que veio de Ouro, gostaria de cumprimentá-los por estarem aqui trazendo ao conhecimento do nosso estado, desta Casa, as informações sobre o município, esta história maravilhosa de Frei Crispim, que se torna um símbolo importante, uma figura importante na história do município e da região.

Sr. presidente e srs. deputados, quero trazer hoje à tribuna que no dia de ontem estivemos no município de Abdon Batista, no acompanhamento dos agricultores familiares, na comunidade Nossa Senhora das Graças, onde foi construída a Barragem de Garibaldi que atinge, na verdade, os municípios de Abdon Batista, Cerro Negro e São José do Cerrito. E mais uma vez deparamos com uma situação muito crítica.

Existem lá em torno de 50 famílias atingidas, que ainda não foram atendidas às suas reivindicações. Temos, sr. presidente, uma lista de itens e problemas que a comunidade levantou e nos entregou. Hoje à tarde há inclusive uma assembleia para discutir os rumos e o futuro do movimento dos agricultores que estão lá.

Lamentavelmente, mais uma vez, Santa Catarina, o nosso estado, vive um drama, onde uma empresa chamada Triunfo, pela informação do estado do Paraná, município de Curitiba, vem para a região, constrói uma hidroelétrica, fecha as comportas, inclusive antes do prazo previsto, desaloja agricultores, pressiona agricultores, desloca famílias que têm sua história, conforme depoimentos de agricultores, extremamente chocantes, que agora são obrigados a sair dali entregando suas terras que conquistaram com muito suor, com muito sacrifício. Pior ainda, com funcionários da empresa pressionando os simples agricultores que só sabem trabalhar para sustentar as suas famílias.

Temos informações de que a água avançou mais de 600 metros do que estava previsto, inundando as propriedades, as terras dos agricultores. E a empresa está lavando as mãos, dizendo que não tem responsabilidade. A água subiu mais do que estava previsto, e eles dizem que houve um engano de

previsão. Existe o absurdo de que a própria empresa reconstruiu a igreja da comunidade e agora, com a subida da água, a igreja nova também foi inundada pela água da barragem no município de Abdon Batista, no rio Canoas.

Então, fomos lá para levar a nossa solidariedade. E temos aqui a lista das questões que a empresa não respondeu e não atendeu às famílias que estavam lá naquela região. E pior, a empresa não quer conversar, não quer dialogar com os agricultores atingidos.

Faço outro questionamento. Vamos fazer um pedido de informação nesse sentido. Como a Fundação Estadual do Meio ambiente dá autorização à empresa de usar a área, fechar as comportas, inundar as matas? E agora barcos estão cortando as árvores, para não dar problema e afundar tudo no lago.

Isso nos deixa muito revoltados. É importante para os municípios a produção de energia, a construção de uma usina hidrelétrica, mas por que tratar dessa forma os agricultores familiares que são atingidos nessas áreas? Isso é uma injustiça absurda. E há uma ação judicial, um interdito proibitório, que proíbe os agricultores de ficar a 2.000m tanto da barragem quanto do reservatório. Proíbe qualquer mobilização das famílias. Mas as terras em torno do lago pertencem a essas famílias.

Os agricultores estão lá e não foram indenizados para deixar esses 2.000m. Como o Judiciário faz uma ação desse tipo, proibindo os agricultores de chegar perto do lago?

Então, esta Casa tem o compromisso de ajudar esses catarinenses que tanto precisam.

Ontem, assumimos o compromisso, nessa visita, de pelo menos tentar chamar a empresa para a responsabilidade e o diálogo. Esse é o compromisso que esta Casa tem para com esses agricultores que estão sofrendo, e sofrem também os municípios, toda a população urbana e o comércio local, que também perderá com a saída dessas famílias, porque eles não terão mais renda para comprar.

Muitos deles foram reassentados em comunidades que não lhes dão condições de ter renda. Comunidades inteiras continuam isoladas, porque as estradas estão fechadas pelo lago. As crianças estão fora da escola. E isso tudo está relatado no documento que recebemos, que vamos encaminhar para a Presidência desta Casa e para o governo do estado.

Solicitamos através de um pedido de informação dados sobre como foi dada a autorização ambiental para essa empresa fazer o que está fazendo naquela região. Queremos uma visita da Fundação Estadual do Meio Ambiente naquele local e dos órgãos responsáveis.

Assim, gostaria de assumir em público o nosso compromisso com os agricultores atingidos no querido município de Serro Negro, Abdon Batista e também em São José do Cerrito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, tive a oportunidade de na noite de ontem participar de um evento capitaneado pela Sinte, Associação Empresarial de Tubarão. Lá também estavam representantes da Sic, dos CDLs, das entidades organizadas do sul do estado, com a presença de v.exa., deputado Joares Ponticelli, com a presença do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do deputado Manoel Mota e também do secretário da Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, para discutir toda a situação e arranjo relacionada à questão do aeroporto regional de Jaguaruna.

Confesso que saí muito otimista, mesmo porque, na semana próxima passada, tivemos uma audiência na Casa, com a presença da empresa vencedora da licitação, que vai operar o aeroporto, queira Deus, a partir de meados do mês de outubro, próximo agora.

Eu fazia uma reflexão e uma retrospectiva do quanto é moroso o processo administrativo, a

burocracia e os demandas que ocorrem em nível de Brasil, na não sequência dos planejamentos e a sua execução propriamente dita.

Lembro-me muito bem de quando o aeroporto Alberto Leal, onde é o município, onde é a prefeitura, o paço municipal de Criciúma, foi construído. E o DAC, naquela época, já falava que tinha que ser em Jaguaruna, pela geografia, pelo ponto estratégico próximo à BR-101, próximo do porto, próximo da ferrovia, uma área plana, em nível do mar. E por uma decisão equivocada, a política foi levada ao distrito próximo de Criciúma, hoje município de Forquilha, o aeroporto de Diomício Freitas. Mas o DAC reafirmava que tinha que vir para Jaguaruna. Abriu-se, novamente, a discussão de se elaborar, de se construir um grande aeroporto que pudesse compreender toda a demanda do sul. E as lideranças discutiram se iam ampliar o Diomício Freitas ou se o levavam para o município de Içara ou Jaguaruna. E o DAC reafirmava, Departamento de Aviação Civil, que deveria ser em Jaguaruna.

Depois de muitas idas e vindas acabou-se aquela briga burra, como diz o presidente, deputado Joares Ponticelli, entre a região da Amarel, da Amrec. E a classe política passou a se entender dentro de uma ação macro, com um propósito firme de realmente ver iniciado e construído esse aeroporto.

Eu tive a grande oportunidade, graças a Deus, e aqueles que acreditaram lá no meu primeiro mandato, no ano de 2000 e 2001, quando estivemos no Rio de Janeiro, com o brigadeiro, em uma audiência que participava o presidente da Acic, de Criciúma, o secretário-adjunto da secretaria de estado do Desenvolvimento, o deputado Edinho Bez, o piloto Faraco representando o secretário Leodegar Tiscoski e o senador Geraldo Althoff.

Foram várias reuniões com várias lideranças e segmentos organizados de classe para buscar o nosso intento. Mas naquele dia eu tive a oportunidade de participar daquele evento quando o brigadeiro disse: "Senador Geraldo Althoff, eu teria o maior prazer em poder alocar recursos para

esse aeroporto, que o DAC já vem afirmando ao longo dos tempos, porém não tenho orçamento. Mas faço aqui um desafio a v.exa. Coloque, através de uma emenda, no Senado, um recurso no orçamento do DAC." E estipulou o valor de R\$ 60 milhões. E em contrapartida liberaria R\$ 14 milhões para iniciar o aeroporto.

Eu disse: Meu Deus! Jogaram a bola para nós para se livrarem do problema. Mas o senador abraçou a causa. E passados três meses ouvia a manchete dizendo que teria o Senado, através do senador Geraldo Althoff, consignado um orçamento com recurso na monta de R\$ 72 milhões. Ou seja, R\$ 12 milhões a mais do que aquilo que teria pedido ao senador. Imediatamente o senador subiu ao DAC e cobrou a promessa do brigadeiro, que disponibilizaria esses R\$ 14 milhões que iniciou o processo há 12 anos.

No entanto, não conseguimos inaugurar de fato e de direito. Até algumas inaugurações já ocorreram, mas sem que esse aeroporto viesse a funcionar. Tem uma estrutura e uma dimensão invejável até por outros estados da federação, está localizado no nível do mar, onde não temos problemas de nebulosidade, e vai com certeza desencadear o processo do resgate da economia associado à duplicação da BR-101.

O projeto das translitorâneas, a modernização do porto, são com certeza implementos que darão um lastro e segurança jurídica para que os investidores possam resgatar a imagem positiva do sul e poder fazer os seus investimentos e prospectar os seus negócios.

Vejo com muita expectativa a serra do Corvo Branco, já licitada, a serra da Rocinha, a serra de Praia Grande a Cambará do Sul, o anel viário de Criciúma sendo executado, a via rápida que visitei essa semana.

O vice-governador Eduardo Pinho Moreira lembrava-se do tempo de infância quando via a reportagem da abertura da Transamazônica. Era a coisa mais linda aquele maquinário abrindo e devastando, construindo e lastreando uma pavimentação que vai dar condição prática de se

deslocar dos municípios circunvizinhos de Criciúma e do referido município, literalmente falando, para chegar até o aeroporto regional de Jaguaruna.

São 39km de Tubarão e 37km de Criciúma. Isso com certeza nos remete a projetos estruturantes, que possam desencadear a economia. Não é que o sul não cresceu. Ele tem crescido, sim, mas muito aquém daquilo que se esperava, comparado a outras regiões do estado, principalmente o norte de Santa Catarina. Por essa razão vejo com muita expectativa.

Essa unidade suprapartidária perfaz a diferença no resgate desses recursos, dessa dívida que o governo tem para com o sul catarinense. E espero, sinceramente, que a ponte de Santo Antônio, da Cabeçada, ali em Laguna, continue num ritmo extremamente acelerado. E pelos dados do DNIT a antecipação do seu cronograma dará condição de evitar todo aquele transtorno de engarrafamento que anos após anos tivemos que passar no percurso de Florianópolis até o sul de Santa Catarina.

O que foi cometido, no passado, de engessamento por consequência da duplicação somente da divisa do Paraná até Palhoça comprometeu consideravelmente a economia, segundo estudo feito pela própria Fiesc e a Unisul. Isso demonstrou uma perda de R\$ 32 bilhões.

Então, penso que é chegado o momento dessa unidade se fortalecer cada vez mais, principalmente por consequência agora do Pacto por Santa Catarina, para que possamos, sr. presidente, fazer esses R\$10 bilhões se transformarem em talvez R\$100, R\$200, R\$300 ou R\$500 bilhões de dólares, porque a medida que esses recursos forem aplicados nas obras de mobilidade, nas obras de estruturantes que possam promover o escoamento e ao mesmo tempo dar segurança das nossas indústrias de poderem ser empreendidas aqui no estado, eu tenho a certeza e a convicção de que teremos um estado cada vez mais pujante economicamente, socialmente, para todos os catarinenses.

Por essa razão vejo com muita expectativa esse momento que estamos vivendo com relação ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira e essa

unidade suprapartidária do sul para o fortalecimento da nossa economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu não teria como não registrar a 21ª Festa do Colono, de Santa Catarina, realizada neste último fim de semana, no município de Turvo. Uma festa que traçou toda a vida daquele município, representado nos desfiles de máquinas e no desfile cívico.

São 100 anos da colonização italiana, a qual construiu a história de um município que hoje é orgulho para Santa Catarina. É um município modelo para o nosso estado, na agricultura. E é uma questão acima do limite a organização naquele município.

Eu não tenho o número, mas muito mais do que 50 mil pessoas estiveram lá no sábado e no domingo. A abertura aconteceu na quinta-feira. Mas na sexta-feira, no sábado e no domingo estiveram mais de 50 mil pessoas. A 13ª Arrancada de Tratores tinha 200 inscritos. E aí para não alterarem o motor, não injetar os motores, não tinha premiação; eram troféus, eram placas. E mesmo assim foram 200 tratores apresentados para dar um show, durante todo o domingo, no município de Turvo.

Contamos com o vice-governador. O presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, almoçou conosco, em Turvo, na festa extraordinária da agricultura, neste município que é o maior produtor de arroz irrigado do país, que é o maior produtor de sementes do país, inclusive exportando sementes para outros países. Esse é o município de Turvo. Essa é a sua história. E o povo italiano se estabeleceu na cidade para fazer a mudança e a transformação.

Então, quem viveu os três dias dessa festa, no último final de semana, participou de uma das maiores festas relacionadas à agricultura, do

nosso estado. Teve a oportunidade de ver uma festa organizada, terra do prefeito e meu amigo Ronaldo Carlessi, que tem como vice-prefeito o Tiago Zilli. O coordenador foi o vereador Jair Toreti, mais o secretário da Agricultura, o vereador Isaltino Ribeiro, mais conhecido como Juruna, enfim, uma equipe que deu um banho de organização com essa festa que encantou todos que participaram.

Por isso, estou cumprimentando o prefeito da cidade de Turvo, Ronaldo Carlessi, que com a sua visão, com o seu planejamento, está fazendo uma transformação na cidade. Fez investimentos na infraestrutura, investiu em pavimentação. Nem parece mais um município do interior com apenas 12 mil, 13 mil habitantes. Atualmente a cidade de Turvo está sendo admirada por sua pujança.

Estiveram presentes nessa festa muitas autoridades, muitos parlamentares. Alguns expositores não puderam comparecer, porque não havia mais instalações. Essa festa ocorre de dois em dois anos, mas é histórica, deixa a marca da luta, do trabalho, a marca de pessoas que produzem riqueza para o nosso país, que é o arroz. Dessa cidade sai 24 milhões de quilos de arroz por mês, que são distribuídos para todo o Brasil, arroz que alimenta aproximadamente 12 milhões de pessoas. E estou citando isso para que todos fiquem sabendo do volume, da estrutura que temos na cidade de Turvo.

Temos que parabenizar toda a equipe pela organização da festa, mas especialmente os nossos agricultores que foram peça fundamental. Eles fizeram um desfile com mais de mil tratores, e temos que tirar o chapéu para esse município que investe na nossa agricultura que é de primeira linha.

Ontem, à noite, na cidade de Tubarão, participamos de um momento extraordinário, deputado Valmir Comin, onde estava presente o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, o vice-governador do nosso estado, Eduardo Pinho Moreira, a Associação Comercial de Tubarão, de Criciúma, de Imbituba, também o CDL. Foi uma

reunião memorável, inesquecível, porque lutamos muitos anos para marcar o dia da inauguração do Aeroporto Regional de Jaguaruna, que será dia 12 de outubro, um dia especial, dedicado à padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Será nesse Dia da Padroeira do Brasil que vamos ter a primeira linha voando de Jaguaruna para São Paulo.

Então, temos, hoje, o Porto de Imbituba, o Aeroporto de Jaguaruna e a BR-101, que formam o tripé do desenvolvimento da região Sul.

Esperamos muito por esse momento de marcar a inauguração e de ver isso acontecer de fato e de direito, para que tivéssemos, também, uma estrutura capaz de fazer com que as empresas, hoje, viessem a se instalar na região, porque temos toda infraestrutura de portos, de aeroportos e a BR-101 para que elas possam locomover toda a sua produção. Com isso, tenho certeza e convicção de que vamos viver grandes momentos no sul de Santa Catarina.

Deputado Valmir Comin e deputado presidente Joares Ponticelli, era isso que o sul esperava dos políticos do sul: essa grandeza de poder pensar no desenvolvimento, esquecer as agremiações partidárias e trabalhar com um grande objetivo.

Nós estamos conseguindo construir uma nova história, e vamos construí-la com o desenvolvimento do sul, com a geração de emprego, com a geração de renda e com qualidade de vida da população. Porque nós nos preparamos para essa missão. Os oito parlamentares do sul não mediram esforços, e o que é de um é de todos. Todas as associações comerciais, os CDLs e toda a sociedade estão no mesmo caminho buscando essas alternativas.

Temos convicção de que vamos tirar o apelido da região sul do nosso estado de região pobre, fazendo com que seja chamada de região memorável, respeitável, que o que ela é! Ela já é uma região com um grande potencial por natureza, precisando apenas que seja criada a infraestrutura. E nesse momento o governador e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira estão proporcionando obras importantes como essa e tantas outras que vão

trazer o grande sucesso para a região sul do estado.

O governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira investiram no aeroporto e agora ele vai ser inaugurado; estão investindo também no porto de Imbituba; estão investindo nas obras da Serra do Corvo Branco, que é a estrada desejada, a Serramar, e em toda a região da serra do extremo sul de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Deputado Manoel Mota, obrigado a v.exa. e ao deputado Valmir Comin, que lá estiveram representando os demais deputados Dóia Guglielmi, José Milton Scheffer, Altair Guidi, José Nei Ascari e a deputada Ada De Luca, que foram os cinco deputados, dos oito do sul, que não puderam comparecer, mas que justificaram a sua ausência.

Agradeço ao deputado Valdir Cobalchini, ao secretário Geraldo Althoff, ao presidente Miguel Ximenes e aos secretários Regionais que estavam lá: Estener Soratto Júnior, de Tubarão; Nazil Bento Júnior, de Laguna; e Luiz Fernando Cardoso, o Vampiro, de Criciúma.

Os meus agradecimentos à empresa RDL que foi extremamente tranquila e passou segurança, marcando, inclusive, deputado Marcos Vieira, a data de 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, para finalmente o Aeroporto Regional Sul de Santa Catarina, depois de longos 12 anos de espera, entrar em operação.

Esperamos que nesse dia possamos reunir o maior número de parlamentares possíveis para fazer esse voo inaugural, porque v.exa. que tem frequentado muito a região oeste, por exemplo, sabe da importância do aeroporto regional de Chapecó e o quanto a região se tornou pujante a partir da viabilização daquele aeroporto.

Não há nenhuma região do mundo que se desenvolva sem o equipamento público daquela importância. E nós, no sul, depois de mais de uma década de espera, estamos finalmente prestes a receber esse equipamento. E essa é a torcida.

Estamos trabalhando todos numa só direção, para que finalmente a população do sul do estado possa dispor também desse equipamento.

Nobres pares, estamos chegando ao mês de setembro e já solicito que v.exas., todos, possam agendar para estarmos no maior número de deputados, em Tubarão, no dia 26 de setembro, quando estaremos celebrando os 100 anos de nascimento do grande artista plástico Willy Zumblick.

Lá estaremos, deputado Manoel Mota, para celebrar o primeiro centenário de nascimento do nosso grande artista.

Srs. deputados, neste momento, quero fazer um registro com relação à cidade de Tubarão que comemora 143 anos.

(Passa a ler.)

“A cidade de Tubarão tem a sua localização privilegiada, próxima ao mar, à serra e às águas termais. É cortada pela rodovia BR-101 e pelo rio Tubarão de sul a leste, que em seu percurso vai desembocar na Lagoa Santo Antônio, em Laguna. É a segunda cidade em população do sul do estado, sendo importante polo comercial da região. Tem sua principal atividade econômica ligada ao comércio, à agricultura e à pecuária, com destaque também para empresas do setor de cerâmica.

Tubarão é a cidade sede da Unisul, importante universidade de Santa Catarina. Conta com duas estâncias termais, da Guarda e do Rio do Pouso, bons hotéis e ainda passeio turístico ferroviário, com locomotiva a vapor (Maria Fumaça) e muitos eventos culturais e esportivos.

O município apresenta ótima infraestrutura urbana, hoteleira e gastronômica. Possui também diversos atrativos culturais, entre eles, o Centro Municipal de Cultura, o Museu Ferroviário e o Museu Willy Zumblick que abriga parte da obra do artista plástico tubaronense.

Como morador da Cidade Azul e um de seus representantes na Assembleia Legislativa, presto as minhas homenagens ao povo da cidade que me acolheu no ano de 1987.

Nasci em Pouso Redondo, no alto vale do rio Itajaí, mas me considero um tubaronense por adoção, reconhecido inclusive com o Título de Cidadania, aprovado pela Câmara de Vereadores.

Parabenizo o município de Tubarão que completou, no dia 27 de maio de 2013, 143 anos de emancipação político-administrativa, data que está relacionada ao ano de 1870, quando se desmembrou de Laguna pela Lei Provincial nº 635.

Naquela época, no território onde prospera hoje uma das mais importantes cidades catarinenses, existiam o distrito de Poço Grande do Rio Tubarão e a paróquia de Nossa Senhora da Piedade, de Tubarão, fatos que somados à abertura do caminho entre Lages e Tubarão, por volta de 1773, e à doação de duas sesmarias ao capitão João da Costa Moreira e ao sargento-mor Jacinto Jaques Nicós, em agosto de 1774, marcou o início efetivo do povoamento.

Tubarão destaca-se por ser o segundo centro comercial do sul do estado, com mais de 1.700 lojas. A cidade possui um amplo comércio que atende a vários municípios da região, totalizando uma população de 350 mil pessoas.

O potencial turístico de Tubarão concentra-se nas águas termais, canalizadas para confortáveis hotéis, onde se pode passar agradáveis horas em contato com a natureza, a cultura e a culinária do local.

Entre as entidades de Tubarão destaca-se a ACIT que tem 60 anos e atua em questões que interferem diretamente na rotina das empresas, como o aumento da representatividade política da região, infraestrutura, turismo, segurança. Ações como as do Conselho Político Empresarial para o Desenvolvimento da Região, o voto regional, o Conselho Municipal de Segurança, a luta por obras estruturantes como a duplicação da BR-101, Aeroporto Regional Sul Humberto Bortoluzzi, Roteiro Turístico Serramar, portos de Imbituba e Laguna traduzem essa preocupação da entidade.

A trajetória cronológica da Unisul inicia em 1964, às margens do rio que dá nome à sua cidade sede, Tubarão, distante 130 quilômetros ao sul da

capital dos catarinenses, como Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Tubarão é de 0,796. Tubarão é a 53<sup>a</sup> cidade com melhor IDH do país. No estado, o município ocupa a 12<sup>a</sup> posição. Na região, é a segunda (Rio Fortuna é a primeira, com IDH de 0,806). Nas últimas duas décadas, o IDH de Tubarão só melhorou: em 1991, era 0,602; em 2000, 0,721; e em 2010, 0,796. Segundo o levantamento, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,133, seguida por renda e por longevidade.

Quanto à demografia e saúde, entre 2000 e 2010, a população de Tubarão teve uma taxa média de crescimento anual de 0,95%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,01%. A taxa está abaixo das médias estadual (1,02% entre 2000 e 2010) e nacional (1,01% no mesmo período).

Os dados analisados também apontam para um envelhecimento da população. Em 1991, os menores de 15 anos eram 31,60% do total da população de Tubarão, e em 2010 eram 18,56%. Já os maiores de 65 anos eram 4,94% em 1991 e 36,24% em 2010.

Outro índice em que Tubarão apresentou melhora nas últimas duas décadas foi na mortalidade infantil (morte de crianças com menos de um ano), com a redução dos casos. Em 2000, eram 16,3 mortes por mil nascidos vivos para 11 por mil nascimentos em 2010. A redução foi de 32%.

A expectativa de vida também cresceu. A esperança de vida ao nascer, em 1991, era de 71,5 anos, passando para 75,6, em 2000, e 77 anos, em 2010.

Quanto à educação, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças, de cinco anos a seis anos, na escola cresceu 9,82%. E no período anterior, de 1991 a 2000, o incremento foi de 115%. A proporção de crianças de 11 anos a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental também cresceu 19,67% entre 2000 e 2010 e 18,52% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 anos e 17 anos com ensino fundamental completo

também cresceu: 21,75%, entre 2000 e 2010, e 37,7%, entre 1991 e 2000. E a proporção de jovens entre 18 anos e 20 anos com ensino médio completo teve um incremento de 35,94%, entre 2000 e 2010, e 62,17%, entre 1991 e 2000.

A renda per capita de Tubarão cresceu 127,11% nos últimos 20 anos (entre 1991 e 2010), passando de R\$ 474,49 para R\$ 1.077,67. No mesmo período a extrema pobreza também foi reduzida de 4,14%, em 1991, para 1,04%, em 2000, e 0,73% em 2010. A extrema pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010. Pelo Índice Gini, a desigualdade passou de 0,51, em 1991, para 0,47, em 2010 (em 2000, o índice era o mesmo da década anterior), em Tubarão.

O grande homenageado das comemorações dos 143 anos da Cidade Azul, Tubarão, é Willy Zumblick, cujo centenário mereceu o lançamento de selos comemorativos, entre outros eventos.

A mesma ação voltará a ocorrer em setembro, mês em que Willy completaria 100 anos.

Enaltecemos a importante contribuição do artista para o estado, como pintor, escultor e escritor. Com sua imensa habilidade, Zumblick retratou em suas obras o folclore de Santa Catarina, o Contestado, a epopeia de Giuseppe e Anita Garibaldi, o Boi-de-Mamão, a Dança do Pau-de-Fita, as rendeiras, entre outros temas.

Willy Alfredo Zumblick nasceu em 26 de setembro de 1913. Recebeu primorosa formação educacional, ministrada pelo Colégio São José, de Tubarão, onde se destacou como melhor aluno em desenho e em pintura. Autodidata, sem mestres ou qualquer instrutor, deixa fluir seu impulso criador e talento natural, registrando em telas particularidades da natureza, tipos característicos, paisagens, cenas do cotidiano e tudo aquilo em que pousava sua fértil imaginação.

Em 1937, Willy casou-se com Célia Sá, de tradicional família da cidade, de quem sempre recebeu importante incentivo para que se dedicasse à pintura. O casal teve cinco filhos: Carlos,

Roberto, Túlio, Maria Elisa, Raimundo e Marcus Geraldo.

Sua primeira exposição individual foi em 1939, em Tubarão. O êxito alcançado impôs a Willy um voo mais alto dando oportunidade para expor em diversas cidades catarinenses.

Em 1944, expôs em Porto Alegre, com o sucesso foi impulsionado a expor no Rio de Janeiro, em 1946, onde com 60 telas realizou sua mais importante exposição, consagrando definitivamente seu nome no rol dos mais festejados artistas plásticos do país. Nunca parou de pintar. Com temática variada e abrangente, retratou com maestria e sensibilidade os mais variados aspectos das tradições, da cultura, da história e dos tipos populares catarinenses."

Vamos, deputado Manoel Mota, ao longo das próximas semanas, continuar contando e registrando aqui pedaços dessa história vitoriosa, de um grande artista tubaronense e catarinense, cujo centenário celebramos este ano.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.